

Anistiados voltam a liderar movimento

Monique Renne/CB/D.A Press



Patrulha da PM em parque da Asa Norte: pelo menos três líderes da atual mobilização dos militares já foram presos por participar de ações similares no passado

» RENATO ALVES
» MARA PULJIZ

Ao menos três dos líderes do movimento de policiais e bombeiros militares, iniciado em 2012, suspenso e retomado em outubro com a operação tartaruga, foram condenados por fazer o mesmo em 1994, 2000 e 2001. No entanto, acabaram perdoados por meio de anistias do ex-governador Cristovam Buarque, em 1998, do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, e da presidente Dilma Rousseff, em agosto último, todos em mandatos pelo PT, partido que governa o Distrito Federal desde 2011.

A primeira medida beneficiou o hoje prefeito de Água Fria (GO), João de Deus, expulso da PMDF há 20 anos. A segunda absolveu mais de 5 mil militares do Distrito Federal e nove unidades da Federação punidas por envolvimento em movimentos reivindicatórios da categoria, entre 1997 e a data da publicação do perdão presidencial. A segunda agraciou 3 mil participantes de mobilizações grevistas em 17 estados e no DF, de 1º de janeiro de 1997 a 5 de agosto de 2013.

No caso do DF, fazem parte da lista de participantes do movimento de 2001 e ainda em atividade na vida política da categoria: o presidente da Associação Única dos Oficiais e Praças Ativos, Inativos e Pensionistas dos Bombeiros (Asbom), cabo Geovani da Silva; o presidente do Clube dos Sargentos e

Sub-Tenentes (Cresspom), sub-tenente Pedro Carvalho; e o deputado distrital **Patrício**, que em 1998 fundou a Associação dos PMs e Bombeiros do DF (Aspol) e três anos depois liderou a primeira greve de militares na capital.

O presidente da Associação Recreativa e da Assistência aos PMs do DF (Cifais), major José Ribamar de Sousa Cruz, está entre os militares investigados pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), pela operação tartaruga deflagrada em outubro. Além dele, estão na mira do MPDFT o presidente da Associação dos Oficiais (Asof), Fábio Pizetta; o presidente da Associação Representativa dos Subtenentes e Sargentos Ativos e Inativos da PM e do CB (ASS/Armile), tenente Edson Ricardo Isaías (Ricardo Pato); o presidente da Associação dos Praças (Aspra), João de Deus; e o vice da entidade, sargento Manoel Sansão.

Expulso da PMDF há duas décadas por liderar mobilizações por melhores salários, o ex-distrital João de Deus está de férias em Maceió (AL), sua terra natal (leia Perfil). Mas ele acompanha a mobilização de praças e dá instruções à Sansão por telefone. O atual prefeito de Água Fria (GO) foi reintegrado à PM em

1998 pelo então governador e hoje senador Cristovam Buarque (então no PT). À época do benefício, João de Deus era distrital e fazia parte da bancada de apoio ao governo Cristovam.

Ilegal

A pedido do MPDFT, o Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT) decretou ilegal a operação tartaruga, sábado, e mandou os militares encerrarem o movimento imediatamente. As entidades estão sujeitas à multa de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento da determinação. Ontem, Manoel Sansão disse que a Aspra vai recorrer da decisão judicial. “Na sexta-feira, vamos fazer uma assembleia geral e decidir se vamos fazer operação-padrão ou lesma”, afirmou, em tom de desafio.

Um dos nove promotores que assinaram o pedido encaminhado ao TJDFT, Nísio Tostes, da Promotoria de Justiça Militar, disse haver crimes entre atos cometidos por PMs e bombeiros no movimento. “É crime deixar de atender a população. Convoco quem deixou de ser socorrido pela PM ou pelo Corpo de Bombeiros nos últimos dois meses a oficializar o fato aqui no

Líder de greve

Patrício ficou preso por 131 dias e acabou expulso da PMDF por liderar a greve. Anistiado por Lula em 2010 e no segundo mandato consecutivo na Câmara Legislativa pelo PT, Patrício pretende ser eleito deputado federal em outubro com votos dos PMs e bombeiros.

Ministério Público. Isso será usado como prova contra os líderes do movimento”, comentou ontem, em entrevista ao **Correio**.

Com 20 anos de MPDFT, sendo 16 na Promotoria Militar, Nísio alertou que qualquer comentário de militar incitando a categoria a fazer corpo mole ou denegrindo os superiores é crime. Por isso, o MPDFT monitora sites e blogs mantidos pelos militares, além das entrevistas de lideranças aos órgãos de comunicação. “Os cartazes e os outdoors (fixados por PMs em todo o DF) são totalmente ilegais, assim como as frases e os comentários na internet, que podem render até expulsão”, explicou. Ele ainda não abriu ação contra a operação tartaruga, pois espera a chegada de denúncias por parte da Corregedoria da PM, que já instaurou três Conselhos de Sentença e dois Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Nísio considera justas as reivindicações dos militares, em especial o aumento de salário. Mas condena os meios usados para pressionar o governo. “O pleito é de extrema justiça, mas os fins não justificam os meios. A corporação está acabando com sua credibilidade. No caso do rapaz morto em Águas Claras (Leonardo Monteiro, 29 anos, assassinado há uma semana), é de uma crueldade medonha o que fizeram com a família dele ao comemorar o resultado da operação tartaruga”, opina.

>> Perfil JOÃO DE DEUS



Em busca de um mandato

João de Deus é uma das principais apostas do ex-senador Luiz Estevão para a composição de uma bancada do PRTB na Câmara Legislativa a partir de 2015. O empresário, um dos mais ricos de Brasília, vai investir na eleição de aliados que o representem na política. João de Deus e Estevão sempre tiveram boa relação, desde os tempos em que foram colegas de plenário, entre 1995 e 1998.

Naquela época, João de Deus seguiu à risca uma cartilha que o fez sair do anonimato a um posto político de relativa importância num curto prazo de tempo. De perfil brigão, ele é daqueles que fala o que pensa sem medir as consequências. Foi assim que se elegeu deputado distrital por dois mandatos (1994 e 1998), duas vezes prefeito de Água Fria (GO) (2008 e 2012) e suplente de distrital na legislatura entre 2002 e 2006.

De férias em Maceió, o ex-deputado comanda a operação tartaruga no Distrito Federal. Também como prefeito de Água Fria, faz política na capital federal. Suas ligações começaram a ser feitas em sua primeira passagem pela Câmara, fez parte da base de apoio do então governador do DF, Cristovam Buarque, à época no PT. Chegou a presidir a CPI da Grilagem, em 1995, mas o apoio não durou muito. Trocou o PDT pelo PPB e, com a chegada de Joaquim Roriz ao Buriti em 1998, assumiu de vez a bandeira do clã do ex-governador. Quando da aprovação de requerimento para a criação de uma segunda CPI para investigar o assunto, em 2002, João teve de encerrar a sessão, presidida por ele mesmo, após empurrar o colega Wasny de Roriz em plenário. Ele queria tirar do sistema de som uma gravação em que Roriz e o ex-distrital Pedro Passos falavam sobre grilagem de terras na capital.

Ex-sargento da Polícia Militar, João de Deus conquistou a simpatia da tropa após ser expulso da corporação por fazer greve. Fazendeiro, ele também conquistou outra forte base eleitoral em Água Fria, onde possui fazenda de 160 hectares. Lá, em nome da governabilidade, teve que manter o pragmatismo e se aliar justamente ao PT, seu rival histórico. Foi em nome do governo do município de 4 mil habitantes que João cometeu um tremendo mico. A primeira candidatura dele à chefia do município, em 2004, foi impugnada pela Justiça por um mero detalhe: estava vinculado ao PDT, ao PP e ao PPS. A filiação ao último partido ocorreu em 2003, mas João não havia comunicado ao TRE a desfiliação das outras siglas.